



Discurso do Presidente nacional da OAB,
Ophir Cavalcante,
por ocasião da posse do Ministro Joaquim Barbosa
na Presidência do Supremo Tribunal Federal

Brasília, 22 de novembro de 2012

Senhoras e Senhores,

Aos poucos, mas a passos seguros, o Brasil adentra na maturidade democrática tendo no Judiciário o verdadeiro alicerce sobre o qual repousam os fundamentos da República e os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Ao saudar, em nome da sociedade civil organizada e dos advogados brasileiros, os nobres ministros **Joaquim Barbosa** e **Ricardo Lewandowski**, que assumem a Presidência e Vice-Presidência desta Corte, respectivamente, o faço destacando a importância dos cargos que passarão a ocupar e sobre as expectativas que neles depositam milhões de brasileiros, em especial

peças simples que compartilham a utopia de um país mais justo e mais igual.

Esta solenidade é carregada de significados.

Ainda corremos contra o tempo para resgatar a profunda dívida que um processo de colonização desumana nos legou.

Tudo o que somos é obra do sacrifício: dos índios caçados nas matas aos negros trazidos da África, até chegarmos a uma identidade que nos une como povo — o povo brasileiro.

Somos, na feliz definição de Darcy Ribeiro, produto inesperado de um empreendimento colonial destinado a ser apenas uma feitoria, mas que de alguma forma se insurgiu, ou, melhor, se reinventou, formando uma consciência nacional disposta a vencer o atraso.

O multiculturalismo que caracteriza a brava gente brasileira se fez presente hoje com o ministro Joaquim Barbosa sendo investido do mais alto posto, na mais alta Corte de Justiça do país.

Senhor Presidente, Senhores Ministros,

Independentemente de quem esteja à frente desta Corte, no atual momento da vida brasileira os desafios do Judiciário são imensos.

Um deles, que representa muito para a própria confiança do povo na Justiça, diz respeito ao cumprimento do preceito constitucional que estabelece a razoável duração do processo.

Ao divulgar o relatório **Justiça em Números** relativo ao exercício do ano passado, o Conselho Nacional de Justiça forneceu elementos de sobra para termos com que nos preocupar.

O descompasso entre o volume de processos que entram (26 milhões) e os que são baixados (25 milhões), funciona como uma bomba relógio. A fila, em vez de diminuir, só cresce, prejudicando principalmente o primeiro grau, que concentra 83 por cento da demanda da justiça brasileira.

Cria-se uma situação insustentável, por transformar a primeira instância num retrato da “não justiça”, onde se acumulam esperanças e sonhos de cidadãos.

É papel do Conselho Nacional de Justiça, que Vossa Excelência também irá presidir, traçar políticas que objetivem reverter esse quadro.

Ao mesmo tempo, é necessário que esta Corte dê efetividade ao instituto da repercussão geral para recursos interpostos sobre matérias de alta relevância. Levantamentos recentes dessa Suprema Corte apontam que entre 300 a 500 mil processos estão paralisados nas instâncias inferiores aguardando a análise em recursos extraordinários com repercussão geral, obrigando muitos tribunais a alugar salas onde possam guardá-los. É imperioso, portanto, enfrentar esse desafio para evitar o descrédito de um instituto nascido sob o pálio de conferir celeridade aos processos.

A lamentar, Senhoras e Senhores, é que nessa fila estão processos que, para muitos cidadãos, podem significar a vida. As vítimas da exclusão social são geralmente as que mais enfrentam dificuldades práticas para reclamar uma prestação jurisdicional reparadora.

Nunca é demais também perguntar até que ponto a Justiça não seria mais rápida se o Estado cumprisse suas obrigações. O próprio Estado tem se servido do colapso da Justiça para postergar o cumprimento de seus débitos, lançando mão de todos os recursos possíveis, inclusive um mal disfarçado calote para não pagar precatórios devidos.

Com todo o respeito aos que pensam de outra forma, o Judiciário precisa, neste momento, de uma reforma pela ótica do jurisdicionado. Medidas paliativas distantes da realidade e que não atingem a raiz do problema apenas reforçam a imagem de um calvário para quem busca a Justiça.

Da mesma forma não concordamos com propostas de mudanças no sistema recursal através de Emendas à Constituição. Todo e qualquer instrumento restritivo à tutela jurisdicional representa uma afronta às cláusulas pétreas e ao sagrado direito de defesa. Sobre isso não podemos transigir.

Por esta razão, a Ordem dos Advogados do Brasil defende um Judiciário mais próximo do

cidadão. Algo que o Supremo Tribunal Federal tem buscado incessantemente, rompendo barreiras e criando novos paradigmas diante de temas de alta complexidade. Refletindo e nos ajudando a refletir sobre a postura que nós, cidadãos brasileiros, devemos ter para exigir conteúdo social, ético e moral às liberdades.

Sabemos, Senhor Presidente, Senhores ministros, que nenhum dos Poderes da República está isento de críticas, tampouco pode se considerar acima do bem e do mal. No centro das instituições se encontram seres humanos cuja essência reúne a um só tempo as virtudes e contradições de uma espécie.

Entretanto, não podemos aceitar que se busque, por meio de comentários infundados, diminuir a legitimidade do Judiciário quando este é chamado a decidir sobre questões relacionadas a omissões legislativas ou que envolvam a correção de atos administrativos que não atendem aos requisitos legais.

Juízes não foram eleitos pelo voto popular, é verdade, mas não é o voto que legitima condutas

desabonadoras. Também não pode servir o voto de salvo-conduto para quem atenta contra o interesse público e age contra a lei.

O Judiciário é, dos três Poderes da República, aquele que mais depende de credibilidade para exercer sua missão. Seu descrédito acaba sendo o descrédito dos demais Poderes, pois lhe cabe, inclusive, harmonizar a relação entre eles.

Tracei aqui, Senhor Presidente, apenas uma breve amostra dos desafios que Vossa Excelência terá de enfrentar, e que passa, necessariamente, pelo fortalecimento do CNJ. Para esta e outras tarefas que objetivem aperfeiçoar o sistema de Justiça pode contar, desde já, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil.

A crença na Justiça nos irmana por sabermos da sua importância na busca da tão almejada paz social, que passa, inevitavelmente, pela estruturação das Defensorias Públicas e dos serviços dativos de advocacia.

Defendemos um Judiciário forte, independente, aí compreendendo a plena valorização do juiz,

inclusive do ponto de vista dos vencimentos, e a importância do Ministério Público, essencial para ativar a jurisdição na defesa da lei e da Constituição. Fundamental, portanto, que se dê urgência ao novo projeto de Lei Orgânica da Magistratura, cujo debate extrapola os limites corporativos e passa a interessar a todos os cidadãos.

E não podemos esquecer o indispensável papel do advogado, sem o qual a justiça não se completa, devendo sua atuação ser respeitada e prestigiada a partir da compreensão de que o contraditório é essencial à formação de uma Justiça justa.

Por esta razão é que a Ordem dos Advogados insiste no aprimoramento das letras jurídicas, do ensino com qualidade, e fazendo do Exame de Ordem um instrumento de proficiência à altura das exigências da nova realidade que o país vive. O advogado preparado é sinônimo de uma Justiça bem feita e, portanto, melhor.

Nunca é demais recordar que a prática democrática deve estar integrada aos planos educativos do país, pois somente assim o povo

deixará de ser espectador para assumir o papel de protagonista de sua própria vida e de sua própria história.

Senhor Presidente, senhores ministros, senhoras e senhores,

Encontra-se este Tribunal numa quadra paradigmática, ao promover o maior julgamento político de sua história, a Ação Penal nº 470, conhecida como “mensalão”.

Cada dia de julgamento, se de um lado prendeu a atenção dos brasileiros pelo calor dos debates, de outro serviu para estimular a consciência crítica dos cidadãos no que se refere à ética na política. Fixou em cada cidadã e cidadão, independentemente da decisão final, a real compreensão de que ninguém está acima da lei e que a igualdade preconizada na lei maior existe, sim. Quem infringe a lei deve responder pelos seus atos.

Termos antes restritos às salas dos tribunais e aos autos processuais, hoje integram o vocabulário dos cidadãos em geral, graças a essa fantástica inovação da TV Justiça, que conferiu transparência e

vivacidade ao Poder Judiciário, fazendo deste julgamento uma referência aos milhões de brasileiros que passaram a confiar mais na Justiça de seu país, por se tratar de uma Justiça independente e isenta.

Entretanto, precisamos dar um passo além. Outros escândalos virão, com nova roupagem, certamente mais sofisticados, consumindo tempo precioso desta Corte, se não atacarmos a origem do problema: o financiamento das campanhas.

Todos os últimos escândalos resultaram do chamado "caixa-dois", filho dileto da promíscua relação do capital privado com as campanhas políticas.

Apenas para lembrar que repousa, nesta Corte, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4650, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil para retirar do ordenamento eleitoral o financiamento das empresas privadas às campanhas dos candidatos.

A chave para abrir a porta da verdadeira reforma política que o país reclama (e necessita) está, pois, em vossas mãos, senhores ministros.

Por fim, não poderia deixar de homenagear o ministro **Ayres Britto**, cuja administração deu relevo humanístico a este Tribunal, o que era de se esperar, sendo ele um jurista forjado na advocacia e que sempre teve a exata dimensão de que o ideal de Justiça deve ser cotidianamente buscado por todos nós, nas ações diárias, em casa, no trabalho, enfim, na vida.

Nossa homenagem também ao ministro **Ricardo Lewandowsky**, que sempre esteve ao lado da OAB em momentos importantes, como, por exemplo, na vigência da Lei da Ficha Limpa. Na época conduzindo a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, Vossa Excelência teve papel decisivo para que não se frustrassem as expectativas da sociedade e se pusesse um freio às ações deletérias de falsos políticos.

Receba, ministro Joaquim Barbosa, os cumprimentos da advocacia brasileira. E votos para que Vossa Excelência exerça o cargo com a mesma

competência e compromisso que sempre demonstrou com as causas republicanas, o que lhe fez reconhecido pelo povo brasileiro, dignificando a Justiça, a cidadania e a sua própria história.

Finalizo lembrando que se antes o projeto de Brasil era ser uma feitoria, o destino tratou de nos transformar em nação — uma grande nação que avança com o tempo, que almeja uma prosperidade ampla, democrática, socialmente responsável.

Uma nação onde as palavras do visionário **Mário de Andrade** nos parecem apropriadas neste momento.

“Brasileiros, chegou a hora de realizar o Brasil”.

Muito obrigado.